



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Secção de São Paulo

134.º EXAME DE ORDEM - 2.ª FASE

Aplicação: 9/3/2008

DIREITO CIVIL

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

PONTO SORTEADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Verifique se o seu nome, RG e n.º de inscrição estão corretos e assine, na capa, no local reservado.
- 2 Escreva o número do ponto sorteado no espaço reservado.
- 3 **Não será considerada a peça elaborada em discordância do ponto sorteado.**
- 4 APROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL abrange duas partes:
 - a) Redação de Peça Profissional, privativa do advogado, na área de opção do examinando, a saber: Civil, Penal, Trabalho ou Tributário;
 - b) Respostas a 5 questões práticas, sob a forma de situações-problema.
- 5 A prova deve ser feita com caneta de tinta azul ou preta.
- 6 Não assine sua prova, pois isso a identificará e, conseqüentemente, a anulará.
- 7 Serão permitidas consultas a legislação, livros de doutrina e repertórios de jurisprudência. É vedada a utilização de sinopses e roteiros de peças jurídicas, dicionários jurídicos e obras que contenham formulários e roteiros de peças jurídicas, questões sob a forma de perguntas e respostas, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas, mesmo as editadas sob a forma de livro, bem como toda e qualquer publicação editada ou patrocinada por cursos especializados no preparo para concurso de Exame de Ordem.
- 8 Será considerado aprovado o examinando que obtiver nota igual ou superior a 6.
- 9 Duração da prova: 5 horas, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e à transcrição dos textos dos rascunhos para os locais definitivos.
- 10 Não será permitido sair do local do Exame antes de transcorridas 2 horas e 30 minutos do seu início.
- 11 Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada.

Observações:

- a) Não serão fornecidas folhas complementares.
- b) Não serão avaliadas as respostas das questões ou redação da Peça Profissional elaboradas fora do local destinado.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

Ponto 1

João foi casado com Maria por vinte e cinco anos pelo regime da comunhão parcial de bens. Os cônjuges propuseram conjuntamente uma ação de separação consensual, tendo o juízo competente, do Foro Regional da Lapa, na Capital do estado de São Paulo, homologado o que foi por eles acordado em relação à partilha e à fixação de alimentos. O cônjuge varão obrigou-se a arcar com o pagamento de pensão alimentícia, no valor de R\$ 5.000,00, à cônjuge virago, bem como a arcar com diversas despesas das filhas em comum do casal, as quais, na ocasião da separação, eram menores de idade.

Passados cinco anos da homologação da separação, João foi demitido, tendo conseguido, após permanecer por seis meses sem salário, nova colocação profissional, que lhe garantia, contudo, apenas 30% do valor de seu antigo salário.

Atualmente, as filhas do casal são maiores de idade, e uma delas, com curso superior já concluído, exerce atividade remunerada. Maria, formada em pedagogia, voltou a exercer a profissão e habita com as filhas em uma casa no bairro de Santo Amaro, em São Paulo – SP.

Considerando a situação hipotética acima descrita, elabore, na condição de advogado de João, a petição inicial da ação cabível para pleitear a redução e(ou) exoneração da obrigação alimentícia.

Ponto 2

Túlio possui um terreno baldio, adquirido há vinte anos, que não é utilizado para nenhuma atividade econômica e cuja configuração permanece original. Após a ocorrência de chuvas de intensidade excepcional, no verão, o muro desse terreno tombou, tendo uma grande quantidade de água com terra invadido a casa de Marco, localizada abaixo do terreno de Túlio.

Por acreditar que Túlio seja o responsável pelos danos causados em sua residência, em razão de ter ele providenciado a realização de recente terraplanagem no imóvel, Marco pretende propor uma ação de reparação de danos. Contudo, receia que o estado geral do terreno possa ser alterado por atuação humana ou por causas naturais, o que tornaria impossível ou muito difícil a produção de provas no curso da ação de indenização.

Considerando a situação hipotética acima, redija, na condição de advogado de Marco, a petição inicial da ação cabível para possibilitar a verificação imediata dos fatos necessários para a comprovação do direito ao ressarcimento de danos.

Ponto 3

A empresa Gama Ltda. adquiriu a metade ideal de um imóvel X por escritura pública datada de 6/2/1997. Em julho do mesmo ano, o referido imóvel foi invadido por terceiros, todos desconhecidos, sendo impossível a indicação dos nomes e da qualificação dessas pessoas. A ocupação da área ocasionou a destruição de uma plantação de soja existente no local.

Considerando a situação hipotética descrita, redija, na qualidade de advogado da empresa Gama, a petição inicial adequada para demandar a proteção possessória, bem como a indenização pelos prejuízos resultantes do esbulho cometido.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

[illegible]

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÕES PRÁTICAS

QUESTÃO 1

Pedro, Paulo e Patrícia constituíram uma sociedade limitada, denominada Home Care, cujo objeto consiste na prestação de serviços de atendimento domiciliar a pacientes em recuperação de determinadas moléstias, e cada um deles possui cem quotas na sociedade.

Algum tempo depois, Paulo e Patrícia descobriram que Pedro estava atendendo pacientes da sociedade e recebendo a remuneração pelos serviços prestados em sua conta pessoal, sem fazer registros dos atendimentos nos livros da Home Care.

Considerando a situação hipotética descrita, especifique, na condição de advogado de Paulo e Patrícia, as providências legais que podem ser tomadas em face da atitude de Pedro.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 2

Caio ajuizou ação de usucapião sobre coisas móveis contra Sílvio e a companhia de seguros Delta, objetivando que fossem declarados, por sentença, a propriedade e o domínio do autor sobre o veículo automotor que adquirira de Júlio, no dia 1.º de março de 1993. Afirma o autor que o seu antecessor teria adquirido o veículo em 1.º de julho de 1990 e que, portanto, há mais de três anos vem dando continuidade à posse do antecessor, como adquirente de boa-fé, de forma mansa, pacífica e ininterrupta. A companhia Delta alegou, em sua defesa, que o veículo fora furtado.

Considerando essa situação hipotética, defenda, na condição de advogado de Delta, a posição de que veículo furtado não pode ser adquirido por usucapião.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 3

José, administrador de uma sociedade limitada, após ter sofrido um infarto, resolveu conferir ao seu irmão Roberto poderes para praticar atos e administrar os interesses da sociedade. Roberto passou a receber pagamentos e a alienar bens da sociedade, depositando os valores recebidos na conta de sua esposa, sem repassar nenhum montante ao irmão José ou à sociedade.

Considerando a situação hipotética descrita, especifique, na condição de advogado contratado por José, as medidas cabíveis para defender os seus interesses.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 4

Helena, para acudir a mãe, que, internada em um hospital, necessitava submeter-se a cirurgia de urgência, tentou utilizar o seu seguro-saúde, tendo obtido, contudo, resposta negativa da seguradora em razão da existência de exclusão contratual de cobertura. Como necessitava, com urgência, de recursos, Helena celebrou um contrato de mútuo, obrigando-se a arcar com o pagamento de taxa de juros mensal muito superior à usual do mercado.

Nessa situação, que argumentos poderiam ser utilizados para anular o negócio jurídico ou alterar a taxa de juros pactuada? Justifique a sua resposta

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 5

Considere-se que Ana tenha constituído uma primeira hipoteca sobre um imóvel de sua propriedade em favor do credor, o banco Y, e que, posteriormente, tenha gravado o imóvel com uma segunda hipoteca, nessa ocasião, em favor do banco Z.

Em face dessa situação, como o banco Z pode extinguir o primeiro gravame, para que sua garantia real passe a ser de primeiro grau? Justifique a sua resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

RASCUNHO

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!